

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 15.371, de 31 de março de 2026 Publicada no DOU de 1 abr. 2026	Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008.
Lei nº 15.370, de 31 de março de 2026 Publicada no DOU de 1 abr. 2026	Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, originárias ou tradicionais, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.
Lei nº 15.369, de 31 de março de 2026 Publicada no DOU de 1 abr. 2026	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais.
Lei nº 15.364, de 26 de março de 2026 Publicada no DOU de 27 mar. 2026	Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, e a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para aprimorar e fomentar o microcrédito e as microfinanças.
Lei nº 15.363, de 26 de março de 2026 Publicada no DOU de 27 mar. 2026	Altera o art. 45-A da Lei nº 8.212 e o art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispensar do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.
Lei nº 15.360, de 25 de março de 2026 Publicada no DOU de 26 mar. 2026	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica.
Lei nº 15.359, de 24 de março de 2026 Publicada no DOU de 25 mar. 2026	Estabelece o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação e altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.
Lei nº 15.358, de 24 de março de 2026 Publicada no DOU de 25 mar. 2026	Institui o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil (Lei Raul Jungmann); tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral); 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e 14.790, de 29 de dezembro de 2023.
Lei nº 15.357, de 20 de março de 2026 Publicada no DOU de 23 mar. 2026	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para dispor sobre a comercialização de medicamentos em farmácia ou drogaria instalada na área de venda de supermercados.

<p>Lei nº 15.353, de 8 de março de 2026 Publicada no DOU de 8 mar. 2026</p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro.</p>
<p>Lei nº 15.348, de 13 de fevereiro de 2026 Publicada no DOU de 13 fev. 2026</p>	<p>Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo, criar modalidades de operacionalização do auxílio e instituir o Programa Nacional de Acesso ao Cozimento Limpo; e altera as Leis nºs 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.601, de 19 de junho de 2023, e 14.871, de 28 de maio de 2024.</p>
<p>Lei nº 15.344, de 12 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 13 jan. 2026</p>	<p>Institui a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica - Mais Professores para o Brasil.</p>
<p>Lei nº 15.343, de 9 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 12 jan. 2026</p>	<p>Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para ampliar as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.</p>
<p>Lei nº 15.337, de 8 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 9 jan. 2026</p>	<p>Altera a Lei nº 13.710, de 24 de agosto de 2018 (Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade), para promover a ampliação do mercado do cacau e o fomento da produtividade e da produção sustentável do cacauzeiro no Brasil.</p>
<p>Lei nº 15.336, de 8 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 9 jan. 2026</p>	<p>Altera a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.</p>
<p>Lei nº 15.333, de 7 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 8 jan. 2026</p>	<p>Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.</p>
<p>Lei nº 15.329, de 7 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 8 jan. 2026</p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968, para dispor sobre a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte incidente sobre os juros remetidos para o exterior devidos em razão da compra de bens a prazo.</p>
<p>Lei nº 15.327, de 6 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 7 jan. 2026</p>	<p>Veda descontos relativos a mensalidades associativas nos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); estabelece busca ativa a beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos e prevê o seu ressarcimento; e altera o Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de maio de 1941, para disciplinar o sequestro de bens por crimes que envolvam descontos indevidos nos benefícios do INSS, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar a proteção de dados pessoais, e as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e 12.213, de 20 de janeiro de 2010.</p>
<p>Lei nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 7 jan. 2026</p>	<p>Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.</p>
<p>Lei nº 15.324, de 6 de janeiro de 2026 Publicada no DOU de 7 jan. 2026</p>	<p>Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.</p>

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 229, de 30 de março de 2026 Publicado no DOU de 31 mar. 2026	Dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026.
Lei Complementar nº 228, de 19 de março de 2026 Publicado no DOU de 20 mar. 2026	Dispõe sobre a redução de alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a indústria química e petroquímica, e altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 10.865, de 30 de abril de 2004.
Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026 Publicado no DOU de 14 jan. 2026	Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos; institui normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.893, de 13 julho de 2004, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.
Lei Complementar nº 226, de 12 de janeiro de 2026 Publicado no DOU de 13 jan. 2026	Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para prever a autorização de pagamentos retroativos de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes ao quadro de pessoal de entes federativos que decretaram estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19.
Lei Complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026 Publicado no DOU de 9 jan. 2026	Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

1.3 DECRETOS

Decreto nº 12.917, de 31 de março de 2026 Publicado no DOU de 1 abr. 2026	Altera o Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, que regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos.
Decreto nº 12.915, de 30 de março de 2026 Publicado no DOU de 31 mar. 2026	Altera o Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.
Decreto nº 12.889, de 24 de março de 2026 Publicado no DOU de 25 mar. 2026	Regulamenta a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra.
Decreto nº 12.884, de 19 de março de 2026 Publicado no DOU de 19 mar. 2026	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2026.
Decreto nº 12.883, de 19 de março de 2026 Publicado no DOU de 19 mar. 2026	Altera o Decreto nº 12.878, de 13 de março de 2026, para especificar regras sobre o preço de comercialização e para definir diretrizes sobre parâmetros de mercado a serem aplicados na metodologia do preço de referência do óleo diesel de uso rodoviário.

Decreto nº 12.880, de 18 de março de 2026 Publicado no DOU de 18 mar. 2026	Regulamenta a Lei n.º 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.
Decreto nº 12.878, de 13 de março de 2026 Publicado no DOU de 13 mar. 2026	Regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário no território nacional por produtores e importadores de óleo diesel e altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.
Decreto nº 12.877, de 12 de março de 2026 Publicado no DOU de 13 mar. 2026	Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
Decreto nº 12.876, de 12 de março de 2026 Publicado no DOU de 12 mar. 2026	Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer medidas de proteção ao consumidor no mercado de combustíveis líquidos e de gás liquefeito de petróleo, especialmente quanto à transparência na divulgação de preços e às condições de oferta desses produtos, com vistas a prevenir e coibir práticas abusivas na sua comercialização.
Decreto nº 12.875, de 12 de março de 2026 Publicado no DOU de 12 mar. 2026	Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, para reduzir as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de óleo diesel.
Decreto nº 12.866, de 4 de março de 2026 Publicado no DOU de 4 mar. 2026	Regulamenta a investigação e a aplicação de medidas de salvaguardas bilaterais previstas em acordos de livre comércio ou que contemplem preferência tarifária.
Decreto nº 12.861, de 27 de fevereiro de 2026 Publicado no DOU de 2 mar. 2026	Regulamenta a Lei Complementar nº 222, de 26 de novembro de 2025, que dispõe sobre condições e limites para a concessão, a ampliação ou a prorrogação de incentivos fiscais ao esporte.
Decreto nº 12.845, de 10 de fevereiro de 2026 Publicado no DOU de 11 fev. 2026	Altera o Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.
Decreto nº 12.839, de 4 de fevereiro de 2026 Publicado no DOU de 5 fev. 2026	Institui o Comitê Interinstitucional de Gestão do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Femicídio.
Decreto nº 12.817, de 19 de janeiro de 2026 Publicado no DOU de 20 jan. 2026	Dispõe sobre a qualificação das Instituições Comunitárias de Educação Superior e a celebração de Termos de Parceria com o Poder Público.
Decreto nº 12.816, de 16 de janeiro de 2026 Publicado no DOU de 19 jan. 2026	Dispõe sobre índices de representação no exterior para funções exercidas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 23.094, de 27 de março de 2026 Publicada no D.O.E. de 27 mar. 2026	Altera a Lei nº 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná.
--	--



Lei nº 23.086, de 27 de março de 2026 Publicada no D.O.E. de 27 mar. 2026	Dispõe sobre a exclusão de informações relativas à lotação de servidoras, sob o alcance de medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário, do Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná.
Lei nº 23.078, de 20 de março de 2026 Publicada no D.O.E. de 20 mar. 2026	Altera a Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.
Lei nº 23.077, de 20 de março de 2026 Publicada no D.O.E. de 20 mar. 2026	Dispõe sobre o sistema integrado de informações sobre a violência contra a mulher no Estado do Paraná.
Lei nº 23.022, de 11 de março de 2026 Publicada no D.O.E. de 11 mar. 2026	Altera a Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.
Lei nº 22.973, de 12 de fevereiro de 2026 Publicada no D.O.E. de 12 fev. 2026	Institui a Campanha Permanente Orienta Paraná de orientação vocacional e profissional para estudantes do ensino médio das redes pública e privada do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei nº 22.970, de 23 de janeiro de 2026 Publicada no D.O.E. de 23 jan. 2026	Dispõe sobre a atuação estratégica da Defensoria Pública em proteção às pessoas vulneráveis em situação de crise e prevenção a desastres socioambientais, e dá outras providências.
Lei nº 22.969, de 23 de janeiro de 2026 Publicada no D.O.E. de 23 jan. 2026	Autoriza o Defensor Público-Geral do Estado a realizar pagamento para perito indicado para atuar em processo judicial ou administrativo, em que haja parte beneficiária da assistência jurídica gratuita usuária dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei nº 22.967, de 23 de janeiro de 2026 Publicada no D.O.E. de 23 jan. 2026	Dispõe sobre o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada de colchões usados.

2.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 291, de 27 de março de 2026 Publicada no D.O.E. de 27 mar. 2026	Altera a Lei Complementar nº 154, de 10 de janeiro de 2013, que institui o Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
--	--

2.3 DECRETOS

Decreto nº 13.102, de 30 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 30 mar. 2026	Regulamenta os critérios para designação e dispensa da Função Privativa Transitória – FPT, instituída pela Lei nº 17.430, de 20 de dezembro de 2012, alterada pela Lei nº 22.884, de 9 de dezembro de 2025.
Decreto nº 13.101, de 30 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 30 mar. 2026	Regulamenta a Lei nº 22.889, de 9 de dezembro de 2025, que institui o Fundo Estratégico do Estado do Paraná.
Decreto nº 13.016, de 19 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 19 mar. 2026	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura e adota outras providências.

Decreto nº 13.012, de 19 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 19 mar. 2026	Altera o Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Decreto nº 12.958, de 11 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 11 mar. 2026	Altera o Regulamento do ICMS com o objetivo de corrigir a “colagem” de dispositivo do Regulamento do ICMS de Santa Catarina, referente à concessão de crédito presumido a estabelecimento fabricante de queijos tipo prato e mussarela, nas saídas internas destinadas a estabelecimento industrial, beneficiador ou empacotador.
Decreto nº 12.957, de 11 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 11 mar. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 21/2026, que prorroga a vigência de desonerações tributárias, nos termos que especifica.
Decreto nº 12.956, de 11 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 11 mar. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS nº 5, de 27 de janeiro de 2026, a fim de prever a isenção do imposto nas operações internas com cimento destinado à pavimentação de estradas e vias públicas no Estado do Paraná.
Decreto nº 12.955, de 11 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 11 mar. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS 76, de 4 de julho de 2025, e 131, de 3 de outubro de 2025, que tratam do regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis.
Decreto nº 12.926, de 10 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 10 mar. 2026	Institui o Programa de Avaliação de Produtos, Serviços e Soluções para Segurança Pública e adota outras providências.
Decreto nº 12.924, de 10 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 10 mar. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para excluir os aparelhos celulares e cartões inteligentes do rol de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.
Decreto nº 12.878, de 4 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 mar. 2026	Altera o Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, para dispor sobre a regulamentação do uso de plataformas eletrônicas privadas nas licitações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.
Decreto nº 12.877, de 4 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 mar. 2026	Institui o Sistema de Excelência em Liderança Orçamentária – SELO Paraná, no âmbito da Administração Pública Estadual, e adota outras providências.
Decreto nº 12.863, de 2 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 2 mar. 2026	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial e adota outras providências.
Decreto nº 12.862, de 2 de março de 2026 Publicado no D.O.E. de 2 mar. 2026	Regulamenta a Lei nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.
Decreto nº 12.828, de 27 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 27 fev. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 89/2025, que trata do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importado sob o Regime Especial de Admissão Temporária, para excluir os produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos do rol de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária e adota outras providências.
Decreto nº 12.821, de 26 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 26 fev. 2026	Institui o Comitê Estadual de Gestão Estratégica de Obras Públicas, órgão colegiado de natureza consultiva e de coordenação estratégica, voltado à coordenação estratégica, ao monitoramento e à formulação de diretrizes gerais aplicáveis às obras públicas no Estado do Paraná, e adota outras providências.

Decreto nº 12.819, de 26 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 26 fev. 2026	Dispõe sobre o Comitê Permanente de Governança Climática, no âmbito do Estado do Paraná.
Decreto nº 12.799, de 26 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 26 fev. 2026	Altera o Decreto nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná.
Decreto nº 12.667, de 6 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 6 fev. 2026	Altera o Regulamento do ICMS para “colagem” de dispositivo constante no Regulamento do ICMS de Santa Catarina, referente à concessão de crédito presumido a estabelecimento fabricante de queijos tipo prato e mussarela, nas saídas internas destinadas a estabelecimento industrial, beneficiador ou empacotador.
Decreto nº 12.665, de 5 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 5 fev. 2026	Regulamenta a oferta educacional para pessoas em privação de liberdade, no âmbito dos atendimentos realizados em Centros de Socioeducação e Estabelecimentos Prisionais, ou similares.
Decreto nº 12.664, de 5 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 5 fev. 2026	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 20.541 de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre o Sistema Paranaense de Inovação com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável do Estado pela inovação, pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, estimulando programas e projetos, articulado com o setor público e privado.
Decreto nº 12.662, de 5 de fevereiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 5 fev. 2026	Regulamenta a regularização fundiária das ilhas fluviais de domínio do Estado do Paraná no âmbito do Programa Regulariza Paraná, instituído pela Lei nº 22.191, de 18 de novembro de 2024, e adota outras providências.
Decreto nº 12.556, de 28 de janeiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 28 jan. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para incluir na regra de diferimento as operações com urucum (semente colorífica) e ração animal, concentrado e suplemento, de uso na piscicultura.
Decreto nº 12.456, de 16 de janeiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 16 jan. 2026	Dispõe sobre a transferência de adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional ou em virtude de mandado judicial, para os Centros de Socioeducação com Abrigamento Provisório.
Decreto nº 12.430, de 14 de janeiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 14 jan. 2026	Altera o Decreto nº 7.855, de 6 de novembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 21.860, de 15 de dezembro de 2023, para permitir a desistência de transação para celebração de novo acordo e dá outras providências.
Decreto nº 12.429, de 14 de janeiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 14 jan. 2026	Dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de desembolso, de que trata o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, para o exercício de 2026.
Decreto nº 12.428, de 14 de janeiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 14 jan. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS 101, de 4 de julho de 2025, que altera o Convênio ICMS 134, de 9 de dezembro de 2016, o qual dispõe sobre o fornecimento de informações prestadas por instituições e intermediadores financeiros e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB.
Decreto nº 12.427, de 14 de janeiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 14 jan. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Ajustes SINIEF 13, 15, 22, 23, 28, 29 e 30/2025, que atualizam as disposições sobre documentos fiscais, e adota outras providências.
Decreto nº 12.399, de 9 de janeiro de 2026 Publicado no D.O.E. de 9 jan. 2026	Altera o Decreto nº 10.163 de 3 de fevereiro de 2022, que regulamenta a concessão da subvenção econômica autorizada pela Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020.

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

<p>Instrução Normativa nº 202, de 12 de fevereiro de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 20 fev. 2026</p>	<p>Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais das entidades da Administração Indireta municipal do exercício financeiro de 2025, e dá outras providências.</p>
<p>Instrução Normativa nº 201, de 12 de fevereiro de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 20 fev. 2026</p>	<p>Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2025, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>

3.2 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

<p>Instrução de Serviço nº 195, de 5 de março de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 9 mar. 2026</p>	<p>Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a concessão, aplicação e prestação de contas do regime de adiantamento por suprimento de fundos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, institui o Manual de Adiantamentos do Tribunal e dá outras providências.</p>
--	---

3.3 NOTAS TÉCNICAS

<p>Nota Técnica nº 40, de 11 de fevereiro de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 12 fev. 2026</p>	<p>Dispõe sobre o processo de execução descentralizada da consistência dos dados das Prestações de Contas de Prefeito Municipal.</p>
---	--